

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.924 - SP (2019/0301289-1)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE : EMERSON TICIANELLI SEVERIANO RODEX**  
**ADVOGADOS : CÉSAR EDUARDO LAVOURA ROMÃO - SP236542**  
**NATALIA TURIBIO PANCIA - SP333661**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por EMERSON TICIANELLI SEVERIANO RODEX contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2086533-64.2019.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente responde à ação penal que lhe imputa a prática dos crimes dispostos nos arts. 12 e 16 da Lei n. 10.826/03, em concurso material de delitos (posse irregular de arma de fogo de uso permitido e posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito). O Juízo de primeiro grau aplicou medidas cautelares diversas da prisão.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS - Crimes previstos na Lei nº 10.826/03 - Excesso de prazo na formação da culpa - Inocorrência Informações da autoridade tida como coatora - Feito em regular andamento Juízo a quo tomou todas as providências cabíveis, não havendo desídia - Processo dentro do prazo de razoabilidade - Ademais, trata-se de réu solto, não havendo como prosperar a alegação de excesso de prazo - Aplicação de medidas cautelares diversas da prisão que se revelam imprescindíveis ao caso, garantindo-se com elas o comparecimento do paciente a todos os atos processuais - Inexistência de constrangimento ilegal. Ordem denegada (fl. 60).*

No presente recurso, aponta excesso de prazo para a formação da culpa, afirmando que não há complexidade como justificativa para tamanha morosidade no trâmite processual. Diz trata-se de apenas um réu, sem vinculação com organização criminosa.

Sustenta que *"o constrangimento ilegal é aqui evidenciado pela*

# Superior Tribunal de Justiça

*perpetuação excessiva das medidas cautelares - mais de, ao menos, quatro anos e oito meses, considerando a data de início da imposição das medidas (02/10/2015) e a data designada para a audiência de instrução e julgamento (13/02/2020)" (fl. 83).*

Diz que não há mais justificativas legais para a manutenção de todas as medidas cautelares.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação das medidas cautelares imposta em desfavor do recorrente.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada coatora, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator